



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v14.1120>

Know-How e Ação Básica: uma crítica ao Intelectualismo¹

Know-How and Basic Action: a criticism on Intellectualism

Luiz Paulo Da Cas Cichoski²

Resumo

Neste artigo discuto aspectos da proposta Intelectualista sobre *know-how* a partir de uma perspectiva informada por tópicos da Filosofia da Ação. A tese central do Intelectualista é que há um conhecimento proposicional necessário e suficiente para a instanciação de *know-how*. Na primeira seção, apresento a argumentação em favor desta tese, a partir de características linguísticas, sintáticas e semânticas, das atribuições de *know-how* (“S sabe como φ ”). Fundamentalmente, será relevante a identificação do tipo de proposição conhecida pelos indivíduos que possuem *know-how*. Esse tipo de proposição terá a forma geral: “M é um modo para S φ ”. Na segunda seção, mostro como essa proposição é idêntica às proposições instrumentais discutidas em Filosofia da Ação. A partir dessa aproximação, apresento na terceira seção a dificuldade que a proposta Intelectualista terá para explicar instanciações de *know-how* de ações básicas, pois esse tipo de ação não figura adequadamente no tipo de proposição destacada pelo Intelectualista. Na quarta seção, motivo a tese de que *know-how* é um termo ambíguo, há uma dimensão teórica do *know-how* que é adequadamente capturada pela proposta Intelectualista, mas há uma dimensão prática do *know-how*, intimamente relacionada à execução de ações, que não é contemplada por essa proposta. Por fim, comento brevemente uma estratégia de resposta do Intelectualista por meio da noção de modo de apresentação prático de proposições.

Palavras-Chave: *Know-how*. *Know-that*. Intelectualismo. Ação Básica. Planos de Ação.

¹ Este trabalho é fruto do afastamento de qualificação para Pós-Doutorado realizado na Universidade Federal de Santa Maria. Sou grato à Universidade Federal de Mato Grosso pela concessão da qualificação e à Universidade Federal de Santa Maria pelo aceite do projeto e receptividade. Durante o afastamento fiz apresentações de versões preliminares deste artigo em eventos na Universidade Federal de Santa Maria e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Sou muito grato ao público desses eventos pelas críticas e sugestões.

Também gostaria de agradecer aos dois pareceristas anônimos pela avaliação atenta do artigo. Algumas sugestões acatadas foram muito pontuais e não destaquei em notas ao longo do texto.

² Professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9790-1539>; Email: luizpcichoski@gmail.com

Abstract

In this paper I discuss the Intellectualist theory of know-how with topics from the Philosophy of Action. The intellectualist's central thesis is that some sort of propositional knowledge is necessary and sufficient for instantiations of know-how. In the first section, I present the argument in favor of this thesis based on syntactic and semantic characteristics of know-how attributions (“S know how to φ ”). Fundamentally, this argumentation is relevant to identify the type of proposition known by individuals who possess know-how. This type of proposition will have the general form: “M is a way for S to φ ”. In the second section, I show that this proposition is identical to the instrumental propositions employed in Philosophy of Action. Given this approximation, in the third section I introduce the difficulty that the Intellectualist's proposal will have to explain know-how instantiations of basic actions, since this type of action cannot figure in the type of proposition highlighted by the Intellectualist. In the fourth section, I argue for the thesis that know-how is an ambiguous term, there is a theoretical dimension of know-how that is captured by the Intellectualist proposal, but there is a practical dimension of know-how, closely related to the execution of actions, which is not contemplated by this proposal. Finally, I briefly comment on an Intellectualist response strategy through the notion of the practical mode of presentation of propositions.

Keywords: Know-how. Know-that. Intellectualism. Basic Action. Action Plans.

Introdução

Até muito recentemente havia um certo consenso de que a posição de Gilbert Ryle (1946; 1949) estava correta: *know-how*³ é um tipo de conhecimento, um tipo de sucesso cognitivo, mas ele é dissociado (completamente) de *know-that*⁴ (conhecimento proposicional). Dessa forma, não causa qualquer surpresa que os manuais de Epistemologia apresentem (quando apresentam) uma rápida distinção entre *know-how*, acquaintance e *know-that*, para passar a se concentrar no último. Passam a tratar dos detalhes da noção central de conhecimento enquanto posse de verdades por um sujeito, paradigmaticamente expressa pela sentença “S sabe que p”.

³ Optei por não fazer uma tradução do termo *know-how* em muitos trechos. Não parece haver tradução canônica do termo para o português. É possível encontrar filósofos utilizando “conhecimento por habilidade”; “conhecimento-de-como”; “conhecimento competencial”; “conhecimento prático”; “conhecimento por aptidão”; “saber fazer”; etc. Em alguns momentos vou utilizar a tradução bastante literal “saber como”.

⁴ Infelizmente, vou priorizar o termo em inglês em alguns trechos, simplesmente por opção estilística: o contraste entre *know-how* e *know-that* soa melhor do que entre *know-how* e conhecimento proposicional. Usarei “*know-that*” e “conhecimento proposicional” indistintamente neste artigo, assim como “*know-how*” e “saber como”.

Essa posição aparentemente pacificada na Epistemologia foi abalada com o desenvolvimento de uma proposta que visa relacionar *know-how* e *know-that*. Stanley e Williamson (2001) e Stanley (2011) propuseram uma nova versão de Intelectualismo⁵, onde instâncias de *know-how* dependem de *know-that*. Eles argumentam que a execução habilidosa de uma ação (instanciação de *know-how*) está fundada na posse de conhecimento de proposições (*know-that*). Essa tese será apresentada e questionada neste artigo.

A estratégia argumentativa da nossa crítica se concentrará no ponto fundamental da proposta Intelectualista: há um conhecimento proposicional necessário e suficiente para a instanciação de *know-how*. Na primeira seção, seguiremos a própria argumentação de Stanley e Williamson (2001) e Stanley (2011) para a identificação de qual é a proposição conhecida em instanciações de *know-how*. A tese Intelectualista é defendida a partir das características linguísticas, sintáticas e semânticas, de palavras interrogativas (as *wh-words* do inglês, e.g. *what, which, when, where, who, why* e *how*). A partir da investigação dessas características linguísticas, identificaremos que a estrutura das proposições conhecidas em instâncias de *know-how* terá a forma geral: “um método M é um modo para S φ ”.

Na segunda seção, vou aproximar essa proposta de proposição conhecida em instâncias de *know-how* de discussões em Filosofia da Ação. Particularmente, assumirei que “M é um modo para S φ ” é uma *proposição instrumental*. Esse é um tipo de proposição relevante para agentes, em especial para o raciocínio prático e a formação de planos de ação. Com base nessa assunção, na terceira seção, vou apresentar problemas para a tese Intelectualista. O principal deles é a objeção de que ações básicas, ações que não são realizadas por meio de outras ações, não podem figurar adequadamente em proposições instrumentais. Desta forma, de saída, há a objeção de que o Intelectualismo não é capaz de explicar instanciações de *know-how* de ações básicas. Na quarta seção, a compreensão de planos e estruturas de ação me permitirá defender a sugestão de que *know-how* é um termo

⁵ O termo *Intelectualismo* foi adotado por Ryle (1946; 1949) para descrever uma posição que associava *know-how* ao *know-that*. Não é muito claro quem seriam os defensores dessa tese que se concentra na afirmação de que as propriedades epistêmicas positivas de ações (inteligente, sagaz, esperta, etc.) seriam derivadas de uma ação mental anterior de *considerar uma proposição*. Cabe apenas destacar que a defesa de uma relação de dependência entre *know-how* e *know-that* proposta por Stanley e Williamson não segue esse mesmo caminho; ela não depende da ação mental de considerar uma proposição.

ambíguo. Ofereço uma proposta de uma distinção entre um *know-how* teórico, capturado pela proposição identificada pelo Intelectualista, mas que é insuficiente para a caracterização adequada de um *know-how* prático. Por fim, comento brevemente uma possível solução para o problema levantado pela execução de ações básicas e que complementa a proposta Intelectualista. Nessa seção será discutida a proposta de um modo de apresentação prático de proposições.

1 Se *know-how* depende de *know-that*, qual é a proposição conhecida?

O Intelectualismo é a tese de que *know-how* depende de *know-that*. Em outras palavras, a execução habilidosa de uma ação por parte de um sujeito S só é possível se esse sujeito possuir um determinado item de conhecimento proposicional. A posição mais consolidada na literatura é contrária a essa tese. Algumas razões pré-teóricas em favor da posição tradicional são: (i) a distinção entre as dimensões teóricas e práticas; e (ii) a caracterização de habilidades como tácitas, ou seja, não declarativas. Pense em um livro de receitas ou um livro sobre estratégias de xadrez. Livros são um conjunto de afirmações, constituem-se como um conjunto organizado de sentenças declarativas. Assim, parece possível que alguns indivíduos consigam ler e até decorar certas passagens (receitas ou tipos de aberturas), sendo capazes de recitar tal conteúdo e, mesmo assim, serem incapazes de executar os preceitos teóricos pronunciados, serem incapazes de colocar essas proposições em prática.

Para vencer a inclinação intuitiva dessas razões pré-teóricas, a proposta Intelectualista contemporânea (STANLEY; WILLIAMSON, 2001; STANLEY, 2011) se desenvolveu por meio de razões teóricas relativas à sintaxe e semântica de palavras interrogativas. A ideia aqui é investigar o “como” (*how*) da expressão “saber como” (*know-how*). Particularmente no estudo linguístico do inglês há uma atenção significativa às palavras interrogativas, ou *wh-words*: *what*, *which*, *when*, *where*, *who*, *why* e *how*. Apesar de graficamente distinto, o “*how*” (como) integra a família das *wh-words*. Desta forma, o primeiro passo da argumentação Intelectualista é essa identificação de que “*how*” integra a família das *wh-words* (palavras interrogativas).

O segundo passo é o estabelecimento de uma sentença de atribuição de conhecimento para guiar a investigação. Esse é um procedimento que o Intelectualista parece compartilhar com a atividade mais usual da pesquisa em Epistemologia. Epistemólogos, geralmente, estão interessados na sentença de atribuição característica do conhecimento proposicional: “S sabe que p”. De modo similar, o Intelectualista apresentará uma sentença de atribuição de *know-how* para o desenvolvimento de sua proposta: “S sabe como φ ”.

O terceiro passo é a integração dos dois resultados precedentes. A sentença paradigmática e foco da análise deve ser “S sabe como φ ” e “como” (*how*) integra a família das palavras interrogativas. Dessa forma, podemos identificar um conjunto de atribuições de conhecimento que faz uso das palavras interrogativas:

- (1) S sabe como andar de bicicleta. (S sabe como φ)
- (2) S sabe onde encontrar a mala.
- (3) S sabe quem chamar quando estiver em perigo.
- (4) S sabe qual prêmio escolher.
- (5) S sabe por que usar máscara.

Além dessas expressões com diferentes palavras interrogativas se enquadrarem perfeitamente em sentenças iniciadas por “S sabe ...”, isto é, todas parecem constituir atribuições de conhecimento linguisticamente adequadas, elas possuem um comportamento sintático similar. Elas não são conjugadas: os verbos que as integram permanecem no infinitivo. Essa característica sintática parece preservada, inclusive, quando essas expressões são precedidas por outros tipos de atribuições:

- (6) S aprendeu *como andar de bicicleta*.
- (7) S lembra *como andar de bicicleta*.
- (8) S perguntou *como andar de bicicleta*.
- (9) S indicará *como andar de bicicleta*.
- (10) S está certo sobre *como andar de bicicleta*.

Uma conclusão surpreendente que pode-se extrair dessas considerações sintáticas é que elas nos revelam que “saber como” não é um constituinte das atribuições da forma “S sabe como φ ”. Na verdade, há uma atribuição de

conhecimento, “S sabe ...”, sendo complementada por uma expressão com palavra interrogativa.⁶ Assim, o Intelectualista argumenta que não há um fenômeno característico correspondente ao “saber como”. “Saber... como” se apresenta de forma similar aos seus correlatos “saber... onde”, “saber... quem”, “saber... por que” e não há um “saber quem”, “saber por que”, etc. distintivo.

O quarto passo da argumentação Intelectualista é a análise semântica desse conjunto de expressões com palavras interrogativas. Stanley (2011) adota uma posição tradicional da literatura com relação à semântica dessas expressões. Especificamente, Stanley segue Karttunen (1977) e Groenendijk e Stokhof (1982). Em síntese, essa posição sobre a semântica de questões apresenta a tese de que sentenças com palavras interrogativas expressam semanticamente proposições que sirvam de respostas adequadas a essas perguntas. Essa proposta é bastante satisfatória para as expressões com palavras interrogativas mais corriqueiras, por exemplo:

(2) S sabe onde encontrar a mala.

Em (2), a expressão com palavra interrogativa “onde encontrar a mala” denota um conjunto de proposições verdadeiras que respondam adequadamente a essa pergunta. O conjunto de proposições da forma “X é um lugar onde pode-se encontrar a mala” seria o conteúdo semântico de “onde encontrar a mala”. Dessa forma, como (2) é uma atribuição de conhecimento, o sujeito de (2) saberia “onde encontrar a mala”, ou seja, a atribuição (2) seria verdadeira, caso esse sujeito soubesse as proposições relevantes que constituem o conteúdo semântico da expressão com palavra interrogativa; caso soubesse as proposições da forma “X é um lugar onde pode-se encontrar a mala” que respondam adequadamente à questão “Onde encontrar a mala?”.

Considerando que a expressão com palavra interrogativa de (2) faz referência a um objeto físico determinado, uma mala específica, apenas uma proposição da forma “X é um lugar onde pode-se encontrar a mala” poderia ser apresentada como resposta adequada. Note, no entanto, que outras expressões com palavras

⁶ De modo mais simples e direto, uma expressão com palavra interrogativa é uma pergunta. Além disso, os proponentes da tese Intelectualista enfatizam que a expressão com palavra interrogativa nos contextos analisados é uma *embedded question* (questões embutidas). Assim como a ênfase gramatical nas *wh-words*, o estudo da língua inglesa também destaca esse tipo de fenômeno linguístico. Apesar de desconhecer campo da gramática portuguesa que confira ênfase a ele, não parece haver diferença significativa no uso dessas estruturas nas duas línguas.

interrogativas permitem um conjunto de proposições como respostas adequadas. Por exemplo:

(3) S sabe quem chamar quando estiver em perigo.

No caso de (3), proposições da forma “X é alguém que posso chamar quando estiver em perigo” com diferentes entidades ocupando o lugar de X poderiam ser respostas adequadas à pergunta em questão. Por exemplo, se três pessoas fossem indicadas para eu chamar em caso de perigo, digamos Alfredo, Bernardo e Cecília, então haveriam três proposições distintas que seriam respostas adequadas para a questão. Desta forma, a tese geral sobre questões é que seu conteúdo semântico é um conjunto de proposições, mais especificamente, o conjunto de proposições que são respostas satisfatórias para a questão.

Essa tese semântica poderia se generalizar para todas as sentenças de atribuição (1) – (5) apresentadas anteriormente. Dentre elas, está a sentença paradigmática e foco da análise sobre *know-how*: (1) “S sabe como andar de bicicleta.” (S sabe como φ). Portanto, a conclusão que se segue é que atribuições de *know-how* envolveriam, fundamentalmente, atribuições de *know-that*. Apresentado a tese de modo mais esquemático: S sabe como φ se e somente se S sabe que p e p é uma resposta adequada à questão “Como φ ?” (HABGOOD-COOTE, 2018). Stanley e Williamson (2001, p. 431, tradução nossa) enfatizam a natureza linguística do argumento, baseado na análise sintática e semântica de questões:

Se essas teorias tradicionais da sintaxe e da semântica das *embedded questions* estão corretas, as atribuições de *know-how* simplesmente atribuem *know-that* para seus sujeitos. (...) Nossa posição sobre atribuições de *know-how* é muito clara. É apenas a posição de que as teorias linguísticas tradicionais sobre a sintaxe e a semântica das *embedded questions* está correta.

Esses quatro passos nos permitiram chegar ao ponto fundamental da proposta Intelectualista, a tese de que *know-how* depende de *know-that*. Isso se deu por considerações sintáticas e semânticas de expressões que contêm palavras interrogativas, das quais “como” (*how*) faz parte. Expressões com palavras interrogativas são questões e o conteúdo semântico de questões é um conjunto de proposições. Portanto, as atribuições paradigmáticas de *know-how*, sentenças da forma “S sabe como φ ”, deveriam ser interpretadas como atribuições de *know-that*.

Além do estabelecimento da tese central do Intelectualismo, uma consideração adicional precisa ser feita em relação a características peculiares ao tipo de proposição conhecida pelo sujeito que possui *know-how*. As diferentes palavras interrogativas costumam ser correlacionadas com uma restrição a domínios específicos. Perguntas com “onde” estão associadas a respostas que identificam locais; perguntas com “quem” estão associadas a respostas que identificam pessoas; perguntas com “por que” estão associadas a respostas que identificam razões. Desta forma, há um tipo particular de entidade associada a perguntas com “como”. Perguntas com “como” estão associadas a respostas que identificam modos. “Como você está?” está associada a modos de ser; “Como devo ir a festa?” está associada a modos de se vestir; “Como investir?” está associada a modalidades de investimentos; “Como lidar com seu vizinho?” está associada a modos de se relacionar com pessoas; “Como é o sotaque dele?” está associada a modos de falar. Especificamente, no entanto, as atribuições de *know-how* que nos interessam estão associadas a modos de agir.

“Como φ ?” é uma pergunta associada a respostas que identificam modos pelos quais alguém poderia ser exitoso na execução de φ . No entanto, modos de ações ainda podem ser ambíguos, eles podem expressar métodos, meios, mecanismos ou maneiras. Métodos, meios e mecanismos apresentam passos ou etapas para a realização de φ (JAWORSKI, 2009). Normalmente, esse significado de “modo” para uma ação φ se apresenta quando φ é obtido “por meio de” (*by*) ψ (SABO, 2016). Desta forma, podemos designar métodos para φ (“mudo a marcha do carro [φ] por meio de pisar na embreagem [ψ_1], engatar a marcha desejada [ψ_2], soltar a embreagem lentamente [ψ_3] e, ao mesmo tempo, pisar no acelerador [ψ_4]”); meios para φ (“voto na assembléia [φ] por meio de levantar meu braço [ψ_1]”); e mecanismos, que são eventos que não constituem ações (“a nutrição ocorre por meio da ingestão, digestão, absorção e eliminação”). Esse parece ser o sentido de “modo” que interessa ao Intelectualista (PAVESE, 2015). Em especial, modo no sentido de método parece ser a noção central, sendo que a noção de mecanismos não é apropriada, visto que nesses casos não há ação sendo executada. A outra noção de modos de ação também não parece pertinente para os propósitos de investigação de *know-how*. Maneiras de executar φ são expressas por advérbios que qualificam a ação φ : “Alice fala calma e confiantemente (de maneira calma e confiante)”;

“Bernardo mudou a marcha velozmente (de maneira veloz)”; “Cláudia votou a favor da proposta relutantemente (de maneira relutante)”, etc.

As considerações dessa seção nos permitiram precisar o argumento linguístico envolvido na tese Intelectualista. O ponto mais relevante desse detalhamento do argumento é a identificação da proposição que o Intelectualista postula que o sujeito que instancia *know-how* conhece. Para o Intelectualista, a posse de *know-how* dependeria do conhecimento de uma proposição que apresentaria um método para a execução de φ . Apresentado a tese de modo mais esquemático: S sabe como φ se e somente se S sabe que um método M é um modo pelo qual S pode φ (HABGOOD-COOTE, 2018).

2 A estrutura da proposição conhecida: proposições instrumentais

Uma proposição que apresenta um método M por meio do qual uma ação φ pode ser realizada integra uma das discussões mais clássicas da Filosofia da Ação. Proposições instrumentais, que identificam meios pelos quais um fim pode ser alcançado, são fundamentais para o raciocínio prático, mais especificamente, para a deliberação sobre como fazer algo. A ideia mais básica sobre o uso de proposições instrumentais em nosso raciocínio prático é que precisamos ser racionalmente responsivos às relações de meios-fins que conhecemos (ou acreditamos, visto que podemos usar crenças em proposições instrumentais falsas em nosso raciocínio prático). Parece haver uma instrução racional geral, um conjunto de normas de racionalidade característica de agentes planejadores, que agem baseados em planos de ação, onde a coerência entre meios e fins integraria parte dessa demanda racional (BRATMAN, 1999. Para uma discussão mais centrada nas demandas racionais derivadas especificamente da relação meios-fins, veja BRATMAN, 1981; 2009).

Hornsby (2005) argumenta que a posse de proposições instrumentais configura um tipo de conhecimento que ela chama de *conhecimento procedural*. O conhecimento procedural possui a forma geral: “alguém pode φ ‘por meio de’ ψ ”. Lembre que a relação “por meio de” é exatamente a especificação que o Intelectualista daria para a relação “M é um modo pelo qual alguém pode φ ”: é a noção de modo de ação no sentido de um método pelo qual um agente poderia executar a ação pretendida. Hornsby também apresenta como essas proposições

integram nosso raciocínio prático para a formação de planos de ação. Saber que os ônibus da linha 343 passam no campus do Vale da UFRGS é um conhecimento procedural que indica *como* eu posso chegar ao campus do Vale da UFRGS; saber que acionar o interruptor causa o acendimento da lâmpada é um conhecimento procedural que indica *como* eu posso acender a lâmpada; saber que levantar o braço é um modo pelo qual eu posso pedir a palavra é um conhecimento procedural que indica *como* eu posso pedir a palavra. Dessa forma, fica mais evidente como a execução de uma ação ϕ pode depender de uma proposição instrumental que é idêntica à proposição identificada pelo Intelectualista como necessária para que um agente instancie *know-how* ao executar ϕ .

Note, agora, que a estrutura ϕ “por meio de” ψ pode ser instanciada mais de uma vez em determinados planos de ação. Pode existir mais que uma relação desse tipo em um plano, formando um plano mais longo, uma cadeia de etapas relacionadas. Ampliando essa ideia em um dos exemplos anteriores, podemos ter as relações: ilumino a sala por meio de acender a lâmpada; acendo a lâmpada por meio de acionar o interruptor; aciono o interruptor por meio de pressioná-lo com meu dedo; pressiono o interruptor por meio do movimento de meu dedo (braço, corpo). Entretanto, essa cadeia não pode ser infinita. Se a cadeia fosse infinita nós não seríamos capazes de concluir qualquer raciocínio prático e jamais conseguiríamos elaborar um plano de ação exequível. Além disso, caso uma cadeia de etapas para a execução de uma ação ϕ fosse infinita, resultaria na impossibilidade prática da execução de ϕ , pois não parece possível que um agente consiga executar uma sucessão infinita de etapas.

Diante disso, parece haver uma razão de dimensão prática (de exequibilidade) e uma razão de dimensão teórica (o encerramento do raciocínio prático para a formação dos planos para ação) para que certas etapas dos planos de ações que um agente executa não recorram ao seu conhecimento procedural, para que essas etapas sejam executadas sem a necessidade de se considerar uma proposição instrumental da forma ϕ “por meio de” ψ . Parece necessário que existam certas ações que agentes possam, simplesmente, serem capazes de executar “diretamente”. Em Filosofia da Ação, esse tipo de ação que o agente é capaz de

executar “diretamente” se chama *ação básica* (DANTO, 1965; 1979), isto é, ela barra um regresso do raciocínio prático⁷ (HORNSBY, 1980).

Entretanto, agora encontramos um problema para o Intelectualista. Como podemos atribuir *know-how* para φ quando φ é uma ação básica? Se a atribuição de *know-how* estaria fundamentada na atribuição de conhecimento proposicional cujo conteúdo teria a forma de “um método M é um modo pelo qual S pode φ ”, se esse conteúdo é equivalente a forma do conhecimento de proposições instrumentais (“alguém pode φ ‘por meio de’ ψ ”) e há uma classe de ações, as ações básicas, que necessariamente devem prescindir de conhecimento de proposições instrumentais para sua execução, então parece que a proposta Intelectualista falha em explicar como alguém poderia ter *know-how* para a execução de ações básicas.

3 Como o Intelectualista explica o *know-how* de uma ação básica?

Infelizmente, Hornsby (2005) não deu destaque tão grande para a incapacidade do Intelectualista em explicar *know-how* de ações básicas. Entretanto, Setiya (2012) ofereceu uma objeção exatamente ancorada nesse ponto. Setiya argumenta que a tese Intelectualista é insuficiente para explicar a relação entre a execução intencional de uma ação básica e o *know-how* que o agente deve ter para executá-la. De maneira mais técnica, Setiya (2012, p.287, tradução nossa) busca mostrar que a tese Intelectualista não é capaz de explicar o princípio “Conhecimento Básico: Se A está executando φ intencionalmente como uma ação básica, então A tem *know-how* para φ .”

O ataque central de Setiya é de que não é possível encontrar uma crença que seja necessária e suficiente para a execução de uma ação básica. Note que, um pouco diferente do foco na estrutura da proposição que adotamos até aqui, Setiya está se concentrando na crença que teria como conteúdo essa proposição. Essa abordagem

⁷ Mais tradicionalmente, a partir da proposta de Danto, a noção de *ação básica* tinha uma caracterização mais lógica, pautada na tese apresentada no fim do parágrafo anterior, da impossibilidade de que uma ação seja executada se houver infinitas etapas a serem realizadas (veja SNEDDON, 2001 para uma discussão de diferentes formas de motivar uma proposta fundacionista em Filosofia da Ação, i.e. de postular a necessidade da noção de *ação básica*). A caracterização de *ação básica* vinculada ao regresso do raciocínio prático sendo enfatizada aqui segue uma posição cada vez mais difundida na Filosofia da Ação e que é utilizadas em propostas que dialogam com teorias sobre *know-how* (veja SMALL, 2019).

de investigação da tese da Intelectualista está baseada em um caso hipotético sugerido pelo autor:

Imagine um caso no qual meu braço foi paralizado por um determinado período de tempo. Com um otimismo irracional, eu acredito que eu estou curado. Em particular, eu acredito que eu sou capaz de fechar meu punho. Por acaso, minha crença é verdadeira, ainda que não esteja justificada, portanto ela não pode ser um caso de conhecimento. Isso não me impede de formar a intenção de fechar meu punho e fazer isso intencionalmente (SETIYA, 2012, p. 289, tradução nossa).

Nesse exemplo, um caso paradigmático de ação básica está sendo apresentado: o movimento de fechar o próprio punho, a ação de mexer a própria mão. Movimentos do corpo são casos paradigmáticos de ações básicas, pois é muito implausível que esse tipo de ação dependa de algum conhecimento procedural por parte do agente. Não há nenhuma proposição da forma “um método M é um modo pelo qual S pode fechar seu punho” ou “posso fechar meu punho por meio de ψ ” que selecione Ms e ψ s adequados para a execução da ação de fechar o próprio punho. No caso de Setiya, o sujeito é bem sucedido na execução dessa ação básica, mas, devido às circunstâncias nas quais se encontrava (estar, anteriormente, com o braço paralizado), não teria justificção para crer na proposição “neste momento, sou capaz de fechar meu punho”. Desta forma, ainda que verdadeira, a crença não estaria justificada e, portanto, não poderia ser um caso de conhecimento. Assim, o caso se apresenta como um contraexemplo à tese Intelectualista ao apresentar uma circunstância onde ocorre um execução intencional de uma ação básica que, segundo o princípio do Conhecimento Básico, implica o *know-how* para essa ação, mas não há conhecimento proposicional envolvido.

Stanley (2011) discute esse caso e acredita que esse não é um contraexemplo a sua proposta, pois identifica que o problema apontado pelo caso é a possibilidade de que exista um caso Gettier da execução de uma ação básica, cenário esse que Stanley acredita não ser possível de ser instanciado. Setiya (2012, p. 293, tradução nossa) discorda da avaliação que Stanley faz do problema que o caso gera para a tese Intelectualista:

O problema que Conhecimento Básico apresenta para o Intelectualismo de Stanley não depende de encontrarmos casos Gettierizados de ações básicas nos quais eu acredito com justificção que eu poderia fechar meu punho por meio da intenção de fazê-lo, mas não sei que isso é verdadeiro. Nem depende de encontrarmos casos de ações básicas nos quais minha crença

no sucesso contrafactual é verdadeira, mas não justificada. (Foi um acidente que o caso da paralisia recente tivesse esse formato). O que é fundamentalmente requerido é um caso de ação básica intencional no qual eu não saiba que eu posso fechar meu punho por meio da intenção de fazê-lo, seja porque minha crença estava Gettierizada, ou não estava justificada, ou porque eu não possuo a crença relevante. É essa última possibilidade que é mais desafiadora para a proposta de Stanley.

Vamos analisar com mais atenção esse comentário de Setiya sobre como a relação entre *know-how* e ação básica pode originar um problema para a posição Intelectualista. Uma primeira observação que deve ser feita é que agora temos a referência a uma crença cujo conteúdo proposicional assume a estrutura da proposta Intelectualista apresentada anteriormente. No exemplo de Setiya, a crença versava sobre a capacidade do agente (“eu acredito que *eu sou capaz de fechar meu punho*”), agora ela assume a forma “posso ϕ por meio de ter a intenção de ϕ ” (ou, no formato específico sugerido pelo Intelectualista: “ter a intenção de ϕ é um modo pelo qual S pode ϕ ”). O mais importante, no entanto, é a indicação de Setiya para o cenário onde a execução habilidosa de ϕ poderia prescindir de qualquer crença (ou conhecimento) proposicional por parte do agente. Para Setiya, todo o trabalho é realizado pela intenção e pela disposição, não havendo espaço adicional a ser desempenhado por uma crença de que “posso ϕ por meio de ter a intenção de ϕ ”:

O que Stanley fica nos devendo, portanto, é uma explicação do que seria ter a intenção e disposição relevantes, às quais implicariam a crença de que eu poderia fechar meu punho por meio da intenção de fazê-lo. O problema aqui não é simplesmente de omissão, que há mais a ser dito, mas que é difícil ver como qualquer teoria plausível de intenção ou [condução da ação] implicaria essa crença (Setiya, 2012, p. 294, tradução nossa).

Ou seja, o problema fundamental identificado por Setiya é que essa crença é inócua no que diz respeito à execução de ϕ . Setiya insiste que, para executar a ação básica ϕ , basta que o sujeito S tenha a intenção de ϕ e tenha a disposição para ϕ .

Além desse ataque à necessidade da crença, acredito que a discussão da seção anterior também aponta para problemas adicionais da tentativa de explicar o *know-how* de uma ação básica ao estruturar a proposição conhecida tendo a própria intenção de ϕ como o método a ser adotado para a execução da ação básica ϕ , ou seja, que a proposição conhecida em instâncias de *know-how* de ações básicas assumisse a forma “ter a intenção de ϕ é um modo pelo qual S pode ϕ ”. Ações básicas são justamente os barradores de regressos em raciocínios práticos,

elementos que possibilitam a formação da intenção. Parece estranho que o fim do raciocínio prático se dê por uma etapa final de formação da intenção para executar a ação básica. É estranho que uma intenção tenha dentro de seu conteúdo referência a uma intenção específica para a execução da ação básica que compõe o plano. Ainda explorando o exemplo da seção anterior, teríamos um plano como: ilumino a sala por meio de acender a lâmpada por meio de acionar o interruptor por meio do movimento do meu corpo por meio da intenção de mover meu corpo. Mas, se o plano é o conteúdo de uma intenção, teríamos uma intenção que abrange todo esse plano, onde um dos itens seria “ter a intenção de mover meu corpo”. Não parece muito plausível a ideia de uma intenção de segunda ordem, a intenção de ter uma intenção, além do potencial regresso de formações de intenção que essa explicação gerará, pois seria necessária a formação de uma intenção para ter a intenção para ter a intenção... etc., caso essa fosse a estrutura de uma intenção.

Outra reação do Intelectualista poderia ser a sugestão de que a descrição de uma ação como básica pode ser dependente do contexto. Talvez um vocabulário mais fino possa ser usado para descrever algo que é tomado como uma ação básica como uma ação não-básica.⁸ Talvez o intelectualista consiga sempre reavaliar uma cadeia de ações relacionadas por “por meio de”, identificando ações mais básicas a cada momento. Eu acredito que a completa falta de especificação do que seriam os métodos M na proposta Intelectualista está em linha com essa alternativa: podemos especificar esses métodos de maneira cada vez mais fina e negligenciar o problema das ações básicas, pois sempre haverá uma descrição mais básica disponível.

Entretanto, esse não pode ser o caso. Simplesmente tornar contextual a descrição de uma ação como básica não elimina a existência de ações básicas. Ao invés de resolver o problema, essa estratégia poderá, no máximo, empurrá-lo para algumas etapas à frente. Uma espécie de contextualismo semântico sobre “ação básica” ainda seria uma proposta fundacionista da ação. Isto é, ainda requer que algumas ações sejam tomadas como sendo básicas. Sendo esse o caso, não é possível que sempre haja uma descrição mais básica disponível. Voltando a Harsanyi e Danto: a cadeia de ações não pode ser infinita. Se a cadeia fosse infinita nós não seríamos capazes de concluir qualquer raciocínio prático e haveria uma impossibilidade

⁸ Agradeço a um dos avaliadores anônimos pela sugestão dessa possibilidade que me permitirá aprofundar um pouco mais minha posição sobre a noção de ação básica.

prática da execução de ações, pois nenhum agente conseguiria executar uma sucessão infinita de etapas.

Uma estratégia mais interessante para o Intelectualista seria atacar a noção de ação básica. A ideia é parecida: da possibilidade de localizar infinitas potenciais ações básicas em uma ação, a própria noção de ação básica perde sentido. Essa proposta foi defendida por Michael Thompson (2008) e Douglas Lavin (2013). Thompson (2008, p. 107-108, tradução nossa) clarifica a proposta com um exemplo:

Suponha, então, que eu empurrei uma pedra por um certo caminho do ponto α ao ponto ω , e que essa seja uma ação intencional que eu realizei. Deve ter ocorrido também, com certeza, que eu empurrei a pedra do ponto α ao ponto β , se o ponto β é um local mais ou menos na metade do caminho do ponto α ao ponto ω . E, assim que eu comecei a empurrar a pedra a partir do ponto α , seria verdadeiro se eu dissesse tanto que "Eu estou empurrando a pedra até o ponto β " quanto que "eu estou empurrando a pedra até o ponto ω ". Como, no entanto, podemos negar a afirmação adicional de que eu empurrei a pedra até o ponto β , até a metade do caminho, intencionalmente - da mesma maneira que, por hipótese, eu estava empurrando a pedra até ω intencionalmente ao longo do caminho? Uma prova de que devo ter feito isso intencionalmente vai, talvez, requerer a premissa adicional de que toda a trajetória me é dada por minha intuição sensorial assim que eu comecei a empurrar a pedra e que a expressão " β " como ela aparece na formulação "Estou empurrando até o ponto β " faz aquilo que chamam de "referência direta". Mas, dado tudo isso, é difícil de ver por que não deveríamos dizer não apenas que eu estava empurrando a pedra até o ponto β intencionalmente, mas também que eu estava empurrando, e empurrei, a pedra até o ponto β porque eu estava a empurrando até o ponto ω . Por que não?

Setiya (2012) responde a pergunta retórica de Thompson. Ele considera que a ação de empurrar a pedra até o ponto β não é intencional, pois o agente não se importa com essa localização. Empurrar a pedra até o ponto β é uma consequência previsível da ação de empurrar a pedra até o ponto ω , mas não pode ser considerada, propriamente, um meio para um fim por não estar adequadamente relacionada com a intenção e motivação do agente.

Kevin Lynch (2017) tem uma resposta mais contundente ao problema. Lynch parte da definição de ação básica como uma ação que não é executada por meio da execução de outra ação adicional. Essa é outra maneira de apresentar a característica *fundacional* da ação básica, que promove um ponto de parada no regresso de ações encadeadas pela relação "por meio de" ou que tem a propriedade de ter sido executada "diretamente". Assim, Lynch propõe um critério para avaliarmos se as objeções de Thompson e Lavin apontam, de fato, para ações

adicionais sendo executadas: Se S executa φ por meio da execução de ψ , a execução de ψ será distinta da execução de φ se e somente se “S executou ψ ” não implicar “S executou φ ”. Se executar ψ implica a execução de φ , parece que essas ações não são realmente distintas.

Aplicando esse teste no caso de Thompson teremos o seguinte: Eu empurrei a pedra do ponto α ao ponto ω por meio de empurrar a pedra do ponto α ao ponto β . Empurrar a pedra do ponto α ao ponto β não implica empurrar a pedra do ponto α ao ponto ω . Aparentemente, o exemplo identifica uma ação adicional que o agente realizou. Entretanto, a história está incompleta. Além de empurrar a pedra do ponto α ao ponto ω por meio de empurrar a pedra do ponto α ao ponto β , também foi necessário ao agente empurrar a pedra do ponto β ao ponto ω . Portanto, a explicação adequada seria que: Eu empurrei a pedra do ponto α ao ponto ω por meio de empurrar a pedra do ponto α ao ponto β e empurrar a pedra do ponto β ao ponto ω . Mas agora, as duas ações adicionais conjuntamente implicam a (pretensa) ação não-básica: se eu empurrei a pedra do ponto α ao ponto β e empurrei a pedra do ponto β ao ponto ω , isso implica que eu empurrei a pedra do ponto α ao ponto ω . Lynch (2017, p. 4, tradução nossa) conclui:

Não há mundo possível onde eu [empurre a pedra do ponto α ao ponto β] e [empurre a pedra do ponto β ao ponto ω], mas não [empurre a pedra do ponto α ao ponto ω]. Portanto, ainda que seja verdadeiro que eu [empurrei a pedra do ponto α ao ponto ω por meio de empurrar a pedra do ponto α ao ponto β e empurrar a pedra do ponto β ao ponto ω], em uma compreensão natural de “executar uma ação adicional” isso não foi a execução de uma ação adicional. Por conta de uma ação ser divisível em partes teleologicamente estruturadas não significa que ela não possa ser básica no sentido definido.

Acredito que é justamente a constatação de que ações possam ser divididas e redescritas de muitos modos que leva o Intelectualista ao pressuposto equivocado de que podemos especificar métodos M de maneira cada vez mais fina e apostar na ideia de que sempre haverá uma descrição mais básica disponível para qualquer ação. Acredito também que o ponto-chave desse erro seja motivado por uma intuição behaviorista sobre ações, onde há um privilégio das descrições em terceira pessoa em detrimento da perspectiva de primeira pessoa do agente. Minha posição sobre ação básica é radicalmente oposta. Deve haver um privilégio da primeira pessoa, do agente, para a correta descrição das ações executadas e identificação das

ações básicas envolvidas. Em especial o conjunto de habilidades do agente me parecem a característica mais saliente para a determinação das ações básicas. Essa posição me parece melhor explicitada pelas considerações de Searle (2002, p. 138-139) sobre a noção de ação básica:

(...) podemos definir um tipo de ação básica do seguinte modo: A é um tipo de ação básica para um agente S se S for capaz de realizar atos do tipo A e S puder pretender a execução de um ato do tipo A sem pretender a execução de nenhuma outra ação por meio da qual pretenda fazer A. Observe-se que uma tal definição tornaria básica a ação apenas em relação ao agente e suas capacidades; o que é básico para um agente pode não o ser para outro. Contudo, talvez seja uma forma útil de descrever os fatos. Para um bom esquiador, virar à esquerda pode ser uma ação básica. Ele apenas tenciona fazê-lo e o faz. Para virar à esquerda, um principiante deverá apoiar seu peso sobre o esqui que estiver mais abaixo, ao mesmo tempo que o impele na direção da encosta, frear o esqui que estiver mais acima, em seguida transferir o peso da esquerda para a direita etc., etapas que descrevem, todas, o conteúdo das intenções em ação do esquiador. Para dois agentes, os movimentos físicos podem ser indiferenciáveis, mesmo que um esteja realizando o que seria – para ele – uma ação básica, enquanto o outro está realizando as mesmas ações como meio para realizar uma ação básica. Além disso, essa definição teria como consequência que, para qualquer agente dado, não haveria uma linha divisória nítida entre suas ações básicas e as não-básicas. Novamente, contudo, talvez seja a maneira correta de descrever os fatos.

Discordo de Searle no que diz respeito à ausência de um critério preciso para identificar quais ações são básicas ou não-básicas para um agente particular. O início da citação me parece oferecer esse critério bastante preciso de identificação de ações básicas: se S puder pretender a execução de um ato do tipo A sem pretender a execução de nenhuma outra ação por meio da qual pretenda fazer A, então A será um tipo de ação que é básico para S. Me parece que a proposta de ação básica de Berent Enç (2003) consegue esmiuçar essa ideia de forma bastante satisfatória. Não vou entrar nos detalhes técnicos, mas a ideia é relativamente simples: a ação básica será aquela ação que não exige um passo adicional de raciocínio prático, não exige a identificação de uma ação ψ (mais básica) por meio da qual o agente pode ϕ . Isto é, o agente é capaz de realizar ϕ “diretamente”. ϕ é uma ação básica, porque os mecanismos acionais do agente (os aspectos físicos relevantes para a execução de uma ação) respondem a um comando de execução de ϕ (uma intenção com o conteúdo ϕ). Voltando ao exemplo de Searle, o esquiador treinado consegue virar à esquerda “diretamente”, seu corpo obedece ao comando “vire à esquerda”. O esquiador principiante não tem a mesma capacidade (não possui o mesmo

repertório de comportamentos básicos (ENÇ, 2003)). Quando o esquiador principiante forma a intenção de “virar à esquerda”, seu corpo não é capaz de responder a esse comando. O esquiador principiante é incapaz de virar à esquerda “diretamente”. Ainda assim, ele pode virar à esquerda por meio de outras ações que é capaz de executar, tais como apoiar seu peso sobre o esqui que estiver mais abaixo, ao mesmo tempo que o impele na direção da encosta, frear o esqui que estiver mais acima, em seguida transferir o peso da esquerda para a direita etc. Presumivelmente, esse conjunto de ações serão básicas para o esquiador principiante.

Por fim, gostaria de explicar uma possibilidade rapidamente descartada por Setiya de que a proposição conhecida em instanciações de *know-how* fosse reflexiva, isto é, que os meios e fins da proposição instrumental sejam os mesmos, que a proposição tenha a forma ϕ “por meio de” ϕ . De fato, identidade não pode se dar entre os itens da relação “por meio de”. Goldman (1970) apresenta uma análise da relação “por meio de” identificando muitas de suas propriedades e algumas variações que ela poderia assumir.⁹ De forma muito direta, a conclusão de Goldman é que “por meio de” é uma relação assimétrica, irreflexiva e transitiva. Voltemos ao exemplo da iluminação da sala para demonstrar essas propriedades dessa relação. Se eu ilumino a sala [ϕ] por meio de acender a lâmpada [ψ] e acendo a lâmpada [ψ] por meio de acionar o interruptor [ω], então posso iluminar a sala [ϕ] por meio de acionar o interruptor [ω]. A plausibilidade dessa inferência indica que a relação “por meio de” é transitiva. Se eu ilumino a sala [ϕ] por meio de acender a lâmpada [ψ], não parece razoável que eu acenda a lâmpada [ψ] por meio de iluminar a sala [ϕ]. Iluminar a sala não parece ser um meio se o meu fim for acender a lâmpada. A relação “por meio de” parece estabelecer uma certa ordem entre os itens envolvidos.¹⁰ Assim, o caso apresentado evidencia que a relação “por meio de” é

⁹ Goldman (1970) oferece uma tipologia de relações específicas que duas ações de um mesmo agente podem estabelecer e que são capturadas pelo gênero “por meio de” (*by*). Mais precisamente, o autor chama essa família de relações de “geração de nível” (*level-generation*). Goldman apresenta quatro espécies de geração de nível: (1) geração causal; (2) geração convencional; (3) geração simples; (4) geração por aumento.

¹⁰ Note que o exemplo com o qual estamos trabalhando ilustra gerações de nível do tipo causal, que é o tipo mais usual de geração de nível, visto a estreita relação entre ações e eventos. O acionamento do interruptor causa o acendimento da lâmpada que causa a iluminação da sala. Relações causais são assimétricas: efeitos não podem causar suas causas (ainda que possam ser causas de outros efeitos, como é o caso nesse exemplo, onde há uma cadeia de eventos relacionados por causalidade). Os outros tipos de geração de nível apresentados por Goldman (1970) também são assimétricos, ainda que relações causais não sejam instanciadas entre duas ações de um mesmo agente.

assimétrica. Por fim, não parece fazer sentido que eu ilumine a sala [ϕ] por meio de iluminar a sala [ϕ] ou que eu acione o interruptor [ω] por meio de acionar o interruptor [ω]. Nesses casos, Goldman argumenta que uma função do uso da expressão “por meio de” não é satisfeita. Não podemos explicar como uma ação foi executada se nosso uso da relação for reflexivo, se os itens envolvidos na relação forem os mesmos. Ao passo que explicamos como a sala foi iluminada [ϕ] ao indicar que foi por meio do acendimento da lâmpada [ψ] ou que acendemos a lâmpada [ψ] por meio do acionamento do interruptor [ω].

Nessa seção apresentamos de maneira mais técnica qual é o problema que a execução habilidosa de ações básicas gera para a proposta Intelectualista. Vimos duas possíveis maneiras de estruturar a proposição “um método M é um modo pelo qual S ϕ ” para casos onde ϕ é uma ação básica: (i) M é a intenção de ϕ ; (ii) M é ϕ . Ambas propostas parecem falhar. Uma crença com o conteúdo “ter a intenção de ϕ é um modo pelo qual S pode ϕ ” é incapaz de explicar a execução de ϕ , isto é, ela é desnecessária para essa execução. A intenção de ϕ e a disposição para executar ϕ a partir dessa intenção seriam as condições necessárias e suficientes. Uma proposição do tipo “ ϕ é um modo pelo qual S pode ϕ ” parece ser mal constituída. A relação “o modo pelo qual”, ou sua equivalente “por meio de”, não pode ser reflexiva, não pode ser constituída pelos mesmos *relata*. Nessa seção também discutimos com um pouco mais de detalhes a noção de ação básica em virtude da possibilidade de contornar o problema que ela gera para a proposta Intelectualista ao questionar seu cabimento. Obviamente, a relevância da noção de ação básica é um pressuposto desse artigo, mas também apresentei algumas respostas para as objeções que tentam indicar uma possível ausência de sentido para essa noção.

4 *Know-how* prático e *know-how* teórico

Além de um ataque à necessidade da crença na proposição sugerida pelo Intelectualista, o fato de a crença ser inócua, não desempenhar nenhum papel na efetiva execução da ação do agente, mostra também sua insuficiência; como insiste Setiya, para executar a ação básica ϕ , basta que o sujeito S tenha a intenção de ϕ e tenha a disposição para ϕ . Dessa forma, a discussão sobre a explicação do *know-how* envolvido na execução de uma ação básica origina uma nova maneira de

articular o problema da suficiência para o Intelectualista. O problema da suficiência já havia sido identificado por Ryle, sendo apresentado com um caso inspirado no artigo-fábula de Lewis Carroll (1895) *What the Tortoise Said to Achilles*:

Um pupilo falha em compreender um argumento. Ele entende as premissas e a conclusão. Mas falha em ver que a conclusão se segue das premissas. O professor acha que ele é um pouco lento, mas tenta ajudá-lo. Assim, o professor lhe diz que há uma proposição adicional que ele não considerou, a saber, que se essas premissas são verdadeiras, então a conclusão será verdadeira. O pupilo compreende isso e obedientemente recita a proposição adicional junto com as premissas, mas ainda não consegue ver que a conclusão se segue das premissas, mesmo quando acompanhadas pela asserção de que essas premissas implicam essa conclusão. Assim, uma segunda proposição hipotética é adicionada ao estoque; a saber, que a conclusão é verdadeira se as premissas são verdadeiras, assim como a primeira proposição hipotética de que se as premissas são verdadeiras, a conclusão é verdadeira. Ainda assim, o pupilo não consegue compreender. E isso continua para sempre. O pupilo aceita as regras da teoria, mas isso não o força a aplicá-las na prática. Ele considera razões, mas falha em raciocinar (Ryle, 1946, p. 6, tradução nossa).

Esse cenário já havia sido apresentado nas considerações pré-teóricas sobre *know-how* no início deste artigo. A independência entre *know-how* e *know-that* é motivada em virtude desses tipos de conhecimento estarem relacionados a âmbitos distintos: *know-how* é prático; *know-that* é teórico. O problema da suficiência destaca a dificuldade em transpor essas duas dimensões tão diferentes.

A crítica que acompanhamos até o momento reforça o problema da suficiência identificando uma classe de ações que não podem ser acomodadas pela estrutura proposicional sugerida pelo Intelectualista. Uma classe de elementos práticos (ação básica) que resiste a se acomodar ao enquadramento teórico proposto pelo Intelectualista (uma proposição necessária e suficiente para *know-how*). Para tornar mais claro o modo como essa resistência metafórica se apresenta, lembre que a proposta Intelectualista é construída a partir de uma argumentação linguística, onde a proposição conhecida pelo sujeito que possui *know-how* tem a forma “M é um modo pelo qual S pode φ ”. Entretanto, a classe das ações básicas são justamente definidas por conta de serem executadas sem a consideração de um modo pelo qual elas podem ser executadas; são ações executadas diretamente, ações que S pode, simplesmente, φ .

Em virtude da importância fundamental das ações básicas como barradores de regresso do raciocínio prático, a incapacidade do Intelectualista em explicar o

que estaria envolvido na execução de uma ação básica poderá se alastrar para todas as ações. Retomemos o exemplo anterior de um plano de ação complexo: ilumino a sala por meio de acender a lâmpada; acendo a lâmpada por meio de acionar o interruptor; aciono o interruptor por meio de pressioná-lo com meu dedo; pressiono o interruptor por meio do movimento de meu dedo (braço, corpo). Poderíamos identificar uma série de proposições conhecidas pelo agente que elabora esse plano complexo e age a partir dele:

(11) S sabe que acender a lâmpada é um modo pelo qual S pode iluminar a sala.

(12) S sabe que acionar o interruptor é um modo pelo qual S pode acender a lâmpada.

(13) S sabe que pressionar o interruptor com o dedo é um modo pelo qual S pode acionar o interruptor.

(14) S sabe que mover seu dedo (braço, corpo) é um modo pelo qual S pode pressionar o interruptor.

Cada uma das sentenças de atribuição (11) – (14) parece estar de acordo com a proposta Intelectualista. Inclusive, elas parecem constituir explicações satisfatórias para a atribuição do *know-how* envolvido em cada uma delas, exatamente em linha com as bases da proposta linguística do Intelectualista apresentadas na primeira seção. A atribuição de *know-how* “S sabe como iluminar a sala” poderá ser verdadeira em virtude de (11); assim como “S sabe como acionar o interruptor” poderá ser verdadeira em virtude de (13). Entretanto, não há uma proposição aos moldes exigidos pelo Intelectualista para explicar o *know-how* da ação básica que integra essa cadeia de ações: “S sabe como mover seu dedo (braço, corpo)”. Simplesmente não é possível identificar uma proposição da forma “M é um modo pelo qual S pode φ ”, na qual φ é uma ação básica como “mover o dedo (braço, corpo)”.

Como o *know-how* Intelectualista é caracterizado fundamentalmente pelo conhecimento de uma proposição que estabelece uma relação entre uma ação (iluminar a sala) com outra ação (acender as luzes), essa proposta não terá condições de explicar a execução habilidosa de uma ação básica, pois ações básicas não se encontram no tipo de relação requerido com quaisquer outras ações, como vimos nas duas seções anteriores. Entretanto, as sentenças (11) – (14) identificam que algo é capturado pela proposta Intelectualista. Essas sentenças evidenciam que a tese Intelectualista pode fornecer explicações de uma dimensão teórica da

execução de ações. Há um conjunto de itens de conhecimento proposicional relevantes para a execução de qualquer ação e quanto mais detalhado for o plano de ação, quanto mais proposições instrumentais forem requeridas para que o agente execute ϕ , mais sentenças como essas podem descrever a situação cognitiva dos agentes e maior será o potencial de explicação da proposta Intelectualista.

Entretanto, assim como no caso do pupilo de Ryle, é preciso notar que esse conjunto de sentenças não captura adequadamente a dimensão prática. Mesmo que as atribuições de conhecimento (11) – (14) sejam verdadeiras, ainda é possível que o sujeito falhe justamente em saber como executar a ação básica relevante, que ele não tenha o *know-how* para mover o dedo (braço, corpo). Mais importante que essa possibilidade, é notar que as sentenças (11) – (14) não dão conta de explicar porque esse sujeito teria *know-how* para mover o dedo (braço, corpo). Novamente estamos às voltas com o problema da suficiência da tese Intelectualista, sua incapacidade de transpor a barreira entre as dimensões teóricas e práticas da execução de ações habilidosas.

Considerações linguísticas também apontam para uma distinção entre dimensões teóricas e práticas de atribuições de *know-how*. Ian Rumfitt (2003) apresenta objeções à proposta Intelectualista a partir de práticas linguísticas de outras línguas (não se restringindo ao inglês) onde há diferentes formas de expressar o conhecimento relacionado à execução habilidosa de ações. Rumfitt cita o russo que possui verbos distintos para a atribuição de *know-how* e *know-that*. Além das expressões francesas “*savoir faire*” e “*savoir comment faire*” que, da mesma forma que as expressões “saber fazer” e “saber como fazer” em português, capturam uma habilidade prática e um conhecimento proposicional, respectivamente.

Sentenças com a estrutura “saber [fazer] ϕ ”, como “saber nadar”, “saber cozinhar uma vitela”, “saber instalar o aplicativo”, “saber dar uma aula”, etc. parecem implicar a posse de habilidade por parte do sujeito da atribuição. A dimensão prática é necessária para a correta atribuição de “saber fazer” ao agente. Não parecem plausíveis as sentenças “João sabe nadar, mas não consegue executar essa ação”; “Maria sabe cozinhar uma vitela, mas não tem capacidade de fazer isso”; “Pedro sabe dar uma aula, mas não possui habilidade para tanto”. Por outro lado, a insuficiência parece plausível em atribuições da forma “saber *como* [fazer] ϕ ”:

“saber *como* jogar xadrez”, “saber *como* preparar um negroni”, “saber *como* dar um salto mortal”. Nesses casos, os sujeitos podem saber determinadas proposições da forma sugerida pelo Intelectualista, que respondam adequadamente às questões embutidas nessas atribuições de conhecimento (“*como* [fazer] φ ?”), ainda que esses sujeitos não sejam capazes de executar as ações referenciadas. Por exemplo: “João sabe como jogar xadrez, aprendeu as regras do jogo, mas não consegue executá-las”, talvez mais plausível “Maria sabe como dar um salto mortal, ela instrui as novas ginastas como fazê-lo, ainda que ela mesma não consiga executar o movimento”.

Essas indicações nos conduzem à defesa da tese de que há uma ambiguidade no termo “*know-how*”. Há um *know-how* teórico, adequadamente capturado pela tese Intelectualista, que identifica a posse de certo conhecimento proposicional. Apresentamos aqui que esse tipo de *know-how* é bastante significativo para a formação de planos de ação. Ele captura um elemento central de estágios do processo de raciocínio prático: as proposições instrumentais, que relacionam meios a fins, utilizadas pelo agente ao conceber um plano de ação. Entretanto, esse tipo de *know-how* é insuficiente para conduzir à efetiva execução da ação; esse tipo de conhecimento é inócuo. Ele apenas conduz o sujeito à identificação da ação básica no plano de ação, sem garantir que o agente tenha *know-how* para efetivamente executá-la.

Por outro lado, há um *know-how* prático, intimamente relacionado à execução da ação. A marca característica desse tipo de *know-how* é sua dimensão prática, essa conexão necessária com a execução da ação. Além disso, ele pode estar dissociado de quaisquer proposições conhecidas pelo agente. É um tipo de competência tácita (não declarativa) que o sujeito tem com relação ao tipo de ação relevante. Em muitos casos, o sujeito pode não conseguir articular quais são os meios pelos quais atinge um fim ou quais métodos está empregando para agir: o sujeito simplesmente, diretamente, age, executa φ . Ainda assim, não se exclui a possibilidade de que o agente também consiga expressar os mecanismos envolvidos na execução de φ . Um médico ou fisioterapeuta pode saber que neurônios são ativados, estimulando fibras dos músculos deltóide, coracobraquial, bíceps braquial e peitoral maior para que ocorra uma flexão do ombro. Entretanto, ninguém precisa saber qualquer detalhe de cinesiologia biomecânica para conseguir flexionar seu

ombro. E os médicos e fisioterapeutas não flexionam seus ombros por meio da execução de ações básicas de controle sobre seus neurônios e músculos.

5 Resistência Intelectualista: o modo de apresentação prático¹¹

Por fim, destaco que a objeção desenvolvida neste artigo não parece ser decisiva para a proposta Intelectualista. Até aqui, me concentrei no problema estrutural que a proposição identificada pelo Intelectualista teria para lidar com a explicação de ações básicas. Em especial, essa crítica parece fortemente relacionada com um problema de suficiência da proposta Intelectualista, onde o conhecimento proposicional não parece capaz de produzir algum efeito prático, não é capaz de romper a dimensão teórica para a dimensão prática, não sendo suficiente para a explicação da instanciação de uma ação. Entretanto, o Intelectualista poderia protestar que a análise linguística e a identificação da proposição conhecida em instâncias de *know-how* não é relevante para o problema da suficiência, não é esse o papel que esses argumentos da tese Intelectualista buscam desempenhar.

Para dar conta do problema da suficiência, o Intelectualista apresenta o modo de apresentação prático de proposições. A estratégia é desenvolvida a partir da plausibilidade de que existam diferentes modos de apresentação de proposições e modos de apresentação de proposições são plausíveis como fica evidente no seguinte exemplo:

John Perry está deixando um rastro de açúcar pelo mercado. Ele sabe que a pessoa fazendo bagunça está com um carrinho que tem um saco de açúcar furado, mas ele não sabe que é ele que está com um carrinho que tem um saco de açúcar furado. Ele saberia a segunda proposição somente se ele pensasse que a pessoa fazendo bagunça fosse ele mesmo. (GLICK, 2015, p. 550, tradução nossa)

A característica relevante evidenciada por distintos modos de apresentação é que eles explicam porque um sujeito pode estabelecer uma relação muito diferente com determinada proposição dependendo da maneira como pensa nela, como ela é apresentada. No exemplo, a proposição alvo é “John Perry está com um carrinho

¹¹ Agradeço aos avaliadores anônimos pela sugestão de integrar essa discussão ao texto. Originalmente a estratégia foi mencionar essa questão brevemente na conclusão por conta da extensão do artigo. Entretanto, como as avaliações indicaram, é um tema central que merece ser apropriadamente discutido.

que tem um saco de açúcar furado”. Ela está sendo apresentada a John Perry de modo demonstrativo “Há alguém com um carrinho que tem um saco de açúcar furado”, mas poderia estar sendo apresentada no modo de primeira pessoa: “Eu estou com um carrinho que tem um saco de açúcar furado”. A proposição é a mesma, mas os distintos modos de apresentação acarretam diferentes disposições para ação. Se John Perry soubesse que o saco furado está em seu carrinho, ele poderia facilmente parar de fazer bagunça no mercado ao virar o saco, tampar o furo, etc. Entretanto, essas ações não estão disponíveis a ele enquanto ele não souber que o saco furado está em seu carrinho. Com a proposição sendo apresentada a ele no modo demonstrativo, talvez ele fique dando voltas no supermercado, tentando encontrar o carrinho com o saco de açúcar furado ao seguir o trilho deixado por ele. Dependendo do modo de apresentação da proposição, o sujeito terá diferentes cursos de ação disponíveis. Portanto, distintos modos de apresentação de uma proposição conferem diferentes disposições para os sujeitos que os entretêm.

O Intelectualista propõe que, analogamente, existiria um modo de apresentação prático de proposições. Respondendo diretamente a objeção apresentada ao longo deste artigo, ele afirmaria que o problema da suficiência apenas incide quando a proposição “um método M é um modo pelo qual S pode φ ”¹² for apresentada ao sujeito no modo demonstrativo. Os modos de apresentação usuais geralmente capturam uma dimensão teórica. Entretanto, o modo de apresentação prático dotaria o sujeito das disposições relevantes para executar a ação, rompendo a dimensão teórica e solucionando o problema da suficiência.

Glick (2015), após fazer uma análise detalhada do que poderia ser um modo de apresentação prático, dá o veredito de que essa proposta não é suficientemente clara e não é bem motivada. Glick mostra que a estratégia do argumento por analogia com outros modos de apresentação não é desenvolvida adequadamente. O Intelectualista não explica como nem porquê o modo de apresentação prático teria

¹² Cabe ressaltar, também, que o Intelectualista protestaria que a estrutura geral da proposição conhecida seja indefinida como “um método M é um modo pelo qual S pode φ ” ou “alguém pode φ por meio de ψ ”. A proposição conhecida sob o modo de apresentação prático identifica o sujeito da ação, em primeira pessoa: “um método M é um modo pelo qual *eu* posso φ ”; “*eu* posso φ por meio de ψ ”. Portanto, o método M ou o meio ψ podem fazer referência a detalhes muito específicos da execução da ação, particulares ao agente. Por exemplo, duas pessoas com alturas diferentes, corpos diferentes, precisam flexionar os joelhos, manter o equilíbrio, mover suas pernas, etc. de modos distintos para andar na mesma bicicleta; um método M_1 servirá a uma delas e outro método, M_2 , será empregada para que a outra seja bem sucedida no mesmo tipo de ação.

as características comuns aos outros modos de apresentação. A análise de Glick se concentra em três características que modos de apresentação possuem: (1) eles estão correlacionados com estruturas linguísticas específicas (p.e. indexicais); (2) envolvem diferentes formas de pensar; (3) acarretam diferentes disposições.

A primeira seção deste artigo apresentou o argumento linguístico utilizado pelo Intelectualista que, fundamentalmente, identificava uma estrutura linguística peculiar para o *know-how*: *know-how* é saber a resposta adequada para uma questão da forma “Como ϕ ?”. Portanto, (1) poderia ser satisfeita. Entretanto, ela apenas nos conduz à discussão desenvolvida até aqui, em torno das especificidades da proposição que responde à questão “Como ϕ ?”, cuja forma, “um método M é um modo pelo qual S pode ϕ ”, não será capaz de resolver o problema colocado pela execução habilidosa de ações básicas. Portanto, não é a característica do modo de apresentação prático que esclarece como ele solucionaria o problema da suficiência.

Glick, de modo muito direto, afirma que modos de apresentação práticos não parecem plausivelmente (2) indicar formas distintas de pensar. Os modos de apresentação usualmente discutidos na literatura apresentam uma significativa diferença semântica que naturalmente explica de que forma diferentes modos de apresentação nos conduzem a diferentes formas de pensar. Já vimos isso com o caso de John Perry e o saco de açúcar furado, mas vejamos outro caso:

(15) John pensa que ele mesmo está pegando fogo.

(16) John pensa que aquele cara está pegando fogo.

Suponha que em (15) e (16) John esteja pegando fogo. Os diferentes indexicais das duas sentenças naturalmente explicam diferentes formas de pensar que John pode ter com relação ao fato de ele estar pegando fogo: “Uma diferença entre John ter uma crença sobre si mesmo sob um modo de apresentação em primeira pessoa e ele ter uma crença que não está em primeira pessoa é uma diferença na forma como John pensa sobre si mesmo” (GLICK, 2015, p. 547, tradução nossa). Uma teoria sobre modos de apresentação indexicais é capaz de fundamentar a explicação natural, pré-teórica, da diferença entre essas duas sentenças, isto é, é fácil perceber qual é a diferença entre (15) e (16) em virtude dos diferentes indexicais ali empregados (“ele mesmo”; “aquele”).

O mesmo não ocorre com modos de apresentação práticos. Vejamos:

(17) Alice sabe que um método M é um modo pelo qual ela pode andar de bicicleta.

(18) Hannah sabe que um método M é um modo pelo qual ela pode andar de bicicleta.

Agora suponha que Hannah não sabe andar de bicicleta, não é capaz de fazer isso, enquanto Alice sabe, ela tem o *know-how* relevante. Para o Intelectualista, a distinção relevante entre (17) e (18) é que Alice está pensando na proposição “um método M é um modo pelo qual eu posso andar de bicicleta” no modo prático e Hannah não. De saída, já vemos que, apesar da proposta Intelectualista envolver uma estrutura linguística específica, o modo de apresentação prático não o faz claramente. Afinal, se há modo de apresentação prático em (17), mas não há em (18), o modo de apresentação prático não é caracterizado por uma estrutura linguística específica, ao contrário dos indexicais que são essencialmente expressões linguísticas. Por conta disso, é óbvio que modos de apresentação indexicais são capazes de esclarecer a diferença em formas de pensar: diferentes indexicais implicam diferentes semânticas. Além disso, a sugestão do Intelectualista é muito estranha aqui. Não parece que Hannah apenas precise pensar de um modo diferente sobre o método M para que ela seja capaz de andar de bicicleta. Um apelo a um modo de pensar distinto não oferece nenhuma explicação natural para a distinção das habilidades de Hannah e Alice.

Talvez a explicação das (3) diferentes disposições acarretadas pelo modo de apresentação prático de uma proposição esclareça o ponto. Esse parece um caminho promissor, pois um conjunto de disposições parece diretamente relacionado ao problema da suficiência: o modo de apresentação prático de uma proposição poderia explicar modos possíveis de um indivíduo se comportar, executar uma ação. Entretanto, é difícil entender como o modo de apresentação prático dotaria Alice, em (17), de disposições que Hannah não teria, em (18). A proposta Intelectualista é que Alice, possuindo a proposição sob o modo de apresentação prático, teria a disposição de andar de bicicleta quando tivesse a intenção de fazer isso por meio do método M. Mas, porque Hannah não teria essa disposição caso forme a intenção de andar de bicicleta por meio do método M? O problema central aqui é que o modo de apresentação prático de uma proposição está, simplesmente, fazendo o papel da habilidade, o item essencial da explicação do *know-how* para o Anti-Intelectualista.

Mais grave, a atribuição de habilidade é muito mais intuitiva do que a atribuição de um modo de apresentação prático de uma proposição na explicação de um conjunto de disposições. Glick pressiona esse ponto com um caso de perda de disposições. Imagine uma cadeirante octogenária que foi campeã Olímpica de slalom 50 anos atrás. Imagine ainda que ela tem uma memória perfeita, que ela não se esqueceu de nenhuma proposição. O que um Intelectualista afirmaria sobre essa pessoa se ela não possui mais as disposições relevantes para esqui? Talvez a octogenária não tem mais *know-how* para esqui pois não tem mais o conhecimento proposicional, pois é falso que exista um método M que seja um modo pelo qual ela pode esqui; ou ela não consegue mais apresentar a proposição alvo no modo de apresentação prático. Mas essas respostas não parecem muito convincentes. Em especial elas parecem pouco explicativas, ainda mais quando contrastadas com a hipótese mais simples do Anti-Intelectualista: ela perdeu a habilidade de esqui. Talvez o Intelectualista pudesse insistir que a octogenária não perdeu seu *know-how*, apenas perdeu a habilidade. Ela não é mais capaz de esqui, mas ainda teria o conhecimento proposicional relevante. Mas o problema subsequente seria entender quais disposições ela teria, se ainda tivesse *know-how*, que seriam distintas de alguém que estudou a prática do esqui teoricamente, lendo livros sobre o tema, sem nunca ter tentado esqui. Todas essas considerações parecem sustentar uma teoria Anti-Intelectualista sobre o *know-how*, onde a posse de uma habilidade explica como pessoas podem exercer ações habilidosas de um modo muito mais plausível que a proposta teórica Intelectualista pautada em um misterioso modo de apresentação prático de proposições.

Em suma, para Glick a proposta de um modo de apresentação prático de proposições parece incompleta, sua caracterização é insuficiente ao ponto de não informar adequadamente o que seria um modo de apresentação prático, como poderíamos entendê-lo e como ele atua em instâncias de execução habilidosa de ações.

Conclusão

Esse artigo objetivou apresentar um desafio pontual para a proposta Intelectualista sobre *know-how*, particularmente em sua formulação

contemporânea ancorada no argumento linguístico desenvolvido a partir da análise sintática e semântica das atribuições de *know-how* (“S sabe como φ ”). A objeção aqui desenvolvida se concentra na dificuldade que essa proposta teria de explicar o *know-how* de ações básicas, ações executadas “diretamente”. É a própria caracterização de ação básica que expõem o problema: ações básicas são aquelas ações que não dependem de proposições instrumentais; o agente não precisa formar um plano de ação complexo para a execução de φ , através da identificação de meios [ψ] pelos quais ele poderia alcançar um fim [φ].

A partir da análise linguística da atribuição de *know-how*, o Intelectualista aponta que a proposição conhecida pelo sujeito que possui *know-how* tem a forma geral “um método M é um modo pelo qual S pode φ ”. No entanto, essa proposição é idêntica à proposição instrumental, que não poderia ser mobilizada para a explicação de instanciação de ações básicas. Portanto, se há *know-how* de ações básicas, há um conjunto de instâncias de *know-how* que o Intelectualista será incapaz de explicar.

Levando em conta essa relação de identidade entre proposições instrumentais mobilizadas por agentes para a formulação de planos de ações complexos, ao identificar meios adequados para a obtenção de fins desejados, e a proposição que resulta da análise linguística empreendida pelo Intelectualista, argumentei que a proposta Intelectualista é bem sucedida na identificação da dimensão teórica do *know-how*. Esse tipo de proposição é fundamental para o raciocínio prático de agentes, forma um conjunto de conhecimentos proposicionais bastante relevantes para a construção de planos de ação. Entretanto, esse conhecimento parece ficar restrito ao âmbito teórico, não sendo evidente que ele seja suficiente para a efetiva execução de uma ação. Parece plausível que um agente tenha um conhecimento desse tipo, de que “alguém pode φ ‘por meio de’ ψ ”, sem ser capaz de ψ , sem ter o *know-how* prático necessário para instanciar ψ .

Referências

BRATMAN, M. Intention and means-end reasoning. *Philosophical Review* 90 (2): 252-265, 1981.

BRATMAN, M. *Faces of Intention: Selected Essays on Intention and Agency*. New York: Cambridge University Press, 1999.

BRATMAN, M. Intention, belief, and instrumental rationality. In: SOBEL, D.; WALL, S. (eds.) *Reasons for Action*. Cambridge University Press. p. 13–36, 2009.

CARROLL, L. What The Tortoise Said To Achilles. *Mind* 104 (416):691-693, 1895.

DANTO, A. Basic actions. *American Philosophical Quarterly*, 2, 141–148, 1965.

DANTO, A. Basic actions and basic concepts. *Review of Metaphysics*, 32 (3), 471–485, 1979.

ENÇ, B. *How We Act: Causes, Reasons, and Intentions*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GLICK, E. Practical Modes of Presentation. *Nous*, 49 (3), 538–559, 2015.

GOLDMAN, A. *A Theory of Human Action*. New Jersey: Prentice-Hall, 1970.

GROENENDIJK, J.; STOKHOF M. Semantic Analysis of Wh-Complements. *Linguistics and Philosophy*, 5(2): 175–233, 1982.

HABGOOD-COOTE, J. The generality problem for intellectualism. *Mind & Language*, 33(3), 242–262, 2018.

HORNSBY, J. *Actions*. Routledge and Kegan Paul, 1980.

HORNSBY, J. Semantic Knowledge and Practical Knowledge. *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volumes 79: 107–45, 2005.

JAWORSKI, W. The logic of how-questions. *Synthese*, 166(1), 133-155, 2009.

KARTTUNEN, L. Syntax and Semantics of Questions. *Linguistics and Philosophy*, 1 (1), 3-44, 1977.

LAVIN, D. Must There Be Basic Actions? *Noûs* 47: 273–301, 2013.

LYNCH, K. The Divisibility of Basic Actions. *Analysis*, 77 (2):312-318, 2017.

PAVESE, C. Practical Senses. *Philosophers' Imprint*, 15 (29), 1-25, 2015.

RUMFITT, I. Savoir Faire. *Journal of Philosophy*, 100(3): 158–166, 2003.

RYLE, G. Knowing How and Knowing That. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 46(1): 1–16, 1946.

RYLE, G. *The Concept of Mind*. London: Hutchinson University Library, 1949.

SABO, K. J. “How” questions and the manner-method distinction. *Synthese*, 193 (10), 3169–3194, 2016.

SEARLE, J. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SETIYA, K. Knowing How. *Proceedings of the Aristotelian Society*. 112(3): 285–307, 2012.

SMALL, W. Basic Action and Practical Knowledge. *Philosophers' Imprint* 19, 2019.

SNEDDON, A. Does Philosophy of Action Rest on a Mistake? *Metaphilosophy*, 32 (5): 502–522, 2001.

STANLEY, J. *Know How*. Oxford University Press, 2011.

STANLEY, J.; WILLIAMSON, T. Knowing How. *The Journal of Philosophy*, v. 98, n.8, P. 411-444, 2001.

THOMPSON, M. *Life and Action*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008.

Recebido em: 18 /07/2023.

Aprovado em: 27/19/2023.

Publicado em: 10/11/2023.